

MEIO SÉCULO DE INDEPENDÊNCIAS 1960-2010. AS FRONTEIRAS AFRICANAS¹

Abílio Pires Lousada

É no latim que encontramos a génese do termo Fronteira, que deriva de *fronteria*, conceito indicador da parte do território situado *in fronte*, isto é, nas margens. Enquanto confins entre dois campos, as fronteiras têm origem na dinâmica intrínseca aos seres vivos, onde a luta pela sua defesa ou expansão entronca no seu comportamento. Com limites não mensuráveis, as fronteiras encerravam, desde tempos ancestrais, uma função de demarcação ou repulsa, contendo uma tangibilidade limitadora do sentimento de posse de comunidades em áreas de controvérsia, principalmente quando se pretendia uma coexistência pacífica com o vizinho. Por isso, a separação assentava em faixas periféricas, avultando as «terras de ninguém». Foi só no século XVI, com o Renascimento e com o aparecimento da Cartografia, que as linhas fronteiriças passaram a ter uma visualização efectiva, mediante a sua marcação na carta e uma percepção existencial no terreno. E assim, como refere Ratzel, a fronteira passou a ser constituída “*pelos inúmeros pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar*”. A fronteira geográfica dos Estados envolve, então, a mística territorial onde se inserem os povos, que por ela estão dispostos aos maiores sacrifícios, sobressaindo a obsessão de sustentar o traçado no relevo, isto é, obter as fronteiras naturais. O resultado é a criação de linhas sinuosas a separar tendências opostas, numa dinâmica conflituosa de fluxo e refluxo que marca o tempo histórico. Portanto, evoluiu-se de uma *limes* imaginária para uma concretização marcada pela orografia e hidrografia, impondo ao planeta uma variância de fronteiras que o mapa *mundi* divide em estados.

Mas o conceito de fronteira esbateu-se na actualidade. Se, por um lado, não existem barreiras para a informação, para a imagem, para o ciberespaço, para os mísseis ou, até, para os fluxos demográficos, por outro, o incremento das organizações inter e supranacionais concede uma maior abrangência ao seu traçado. Surge, assim, uma tipologia de fronteiras diversificada (segurança e defesa, económico-demográfica, cultural). Por oposição a este alargamento transfronteiriço, a relativa transparência das fronteiras tem acelerado a formação de colónias interiores em diversos estados, conduzindo a uma heterogeneidade étnico-cultural.

Em síntese, os espaços prolongam-se à medida que acompanham o alargamento da nova tipologia de fronteiras e se multiplicam os elos comunicacionais das demografias planetárias.

¹ In *Janus 2010. Portugal no Mundo*. Meio Século de Independências Africanas, UAL/Público. Mapa político actualizado a 2025.

Hoje as fronteiras têm maior transparência e são mais permeáveis que no passado, porém o seu carácter místico de posse mantém-se.

O GEO-FACTOR AFRICANO

África tem, na diversidade e no contraste da sua geografia, a caracterização do seu carácter. Continente com extensas regiões desérticas (Sara, Namíbia, Kalahari) e de planaltos (cadeia do Atlas, maciço da Etiópia, fossa tectónica do Rift), nele contrastam a selva equatorial (coração do continente), os vales férteis (Rift, rio Limpopo), os lagos de grandes proporções (Vitória, Chade, Alberto, Kivu, Tanganica) e os rios de comprimento superior a 2.000 km (Nilo, Congo, Níger, Zambeze, Shebele, Ubanguinele, Kasai, Orange). Quanto ao clima, o território está situado na zona mais quente da terra, onde a falta de chuva é crónica.

No entanto, na aparência de um mapa, África é o continente mais compacto e homogéneo do planeta. Com cerca de 30.000.000 de km² de superfície, plantado entre os oceanos Atlântico e Índico separado da Europa pelo mar Mediterrâneo e da Arábia pelo mar Vermelho, apresenta uma linha de costa de recorte suave e um ‘miolo’ cuidadosamente desenhado por rectas e arcos de circunferência, dando a imagem de um pavimento de mosaico. Causa admiração o “gesto artístico” que a natureza e o homem tiveram ao esboçar o berço da humanidade. Contudo, um olhar mais atento revela-nos outras realidades. É o continente mais dividido do mundo, com os seus cinquenta e três Estados e mais de uma centena de linhas fronteiriças, que no total somam perto de 50.000 km. Consequentemente, a grande maioria dos estados africanos confina com vários vizinhos, com destaque para o Sudão e o Zaire (9), a Zâmbia e a Tanzânia (8), o Mali e o Níger (7), a Argélia, a Líbia e o Chade (6), com as consequências relacionais inerentes. A par da dimensão territorial de países como o Sudão, a Argélia, o Congo Kinshasa, a Líbia, o Chade e o Níger, que representam 28% do espaço africano e detêm poder de massa, existem micro estados como a Gâmbia, a Guiné-Bissau, o Togo, o Djibouti, o Lesoto ou a Suazilândia, com problemas de afirmação da sua soberania. Outro aspecto a merecer ponderação é a existência de quinze superfícies estatais encravadas, isto é, sem acesso ao mar, existindo um continente dentro de outro continente.

No campo demográfico, convém ter presente que as fronteiras da África apresentam pressupostos sociais muito vinculados, ou seja, a heterogeneidade africana vai para além da mera observação territorial. De facto, se a África dividida politicamente em Estados é uma construção relativamente recente, a África das nações, das tribos e dos impérios antecede-a, relevando especificidades étnicas, linguísticas e religiosas marcadas por uma história secular. Assim, podemos identificar cerca de 3.000 grupos étnicos, 2.000 línguas e o animismo. Em

termos étnicos, no Norte do Sara predominam os caucasoides (berberes e árabes), enquanto os povos sub-sarianos (70% de africanos) se dividem, grosso modo, entre nilóticos, sudaneses e bantos. Os idiomas mais falados são o Suaíli (África Oriental e o Leste do Congo Kinshasa), o Lingala (África Ocidental), Bambara (Mali, Guiné-Conacri e Costa do Marfim) e Hauçá (Norte da Nigéria e regiões vizinhas). A religião africana, a sul do Sara, é tradicional, transmitida oralmente de geração em geração, assente na crença de um Deus Supremo e na adivinhação.

Porém, as colonizações de árabes e europeus dividiram o continente, basicamente, em três grandes áreas linguísticas: a inglesa, a árabe e a francesa. Em menor escala, podemos incluir a portuguesa. Na verdade, apesar dos mais de 2.000 idiomas existentes em África, só a Etiópia (Amarico) e a Somália (Somali) não têm como língua oficial uma das quatro línguas referidas. Quanto à religião, a par das africanas, que estão disseminadas pelo continente, o Islamismo centra-se, sobretudo, na parte Norte do continente e na costa oriental, e o Cristianismo disseminou-se a sul do Sara.

A compartimentação geopolítica divide África em duas regiões distintas, a Mediterrânica e a Negra, separadas pelo deserto do Sara. A África Mediterrânica (Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egipto), que encontra raízes em civilizações importantes como a egípcia, a cartaginesa, a macedónica, a romana ou a árabe, é caracterizada pela sua larga autonomia e a separação da Europa pelo «mar entre terras», e tem na religião islâmica e na língua árabe os seus factores identificativos. A África Negra apresenta especificidades de maior variação, seja ao nível da cultura ou da localização geográfica: a Região Saheliana, que vai da Mauritânia ao Sudão, corredor migratório a partir do qual se formaram grandes reinos (Congo, Luba, Lunda, Mossi, Hansa) e onde o contacto e a partilha de diferenças étnico-religiosas (berberes/negros e cristãos/islâmicos/animistas) são uma realidade; a África do Médio Oriente (parte da Líbia, do Egipto e do Sudão, a Eritreia, Etiópia, Djibouti e a Somália), cintura politicamente fragmentada que confina com o mar Vermelho e o Oceano Índico, marginalizada em relação ao Magreb e ao sul do Sara e que, com excepção da Etiópia, identifica-se culturalmente com a Península Arábica; a África do *Midland Ocean*, que percorre uma longa faixa ribeirinha desde a Mauritânia ao Congo Brazzaville, que tem no mar uma fonte de riqueza e ligação intercontinental e onde a influência política e cultural ocidental é notória; a África Central, marcada pela interioridade, apresenta a vulnerabilidade de dependência dos estados ribeirinhos para comercializar para o exterior e a necessidade de contenção dos circundantes; a África Meridional (Angola, Zâmbia, Tanzânia, Moçambique, Namíbia, Botsuana, África do Sul, Lesoto e Suazilândia), onde existe uma cultura europeia multi

fragmentada; a África Insular (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Madagáscar, Comores, Seicheles), com uma configuração territorial descontínua (Madagáscar é exceção).

DEFINIÇÃO DE FRONTEIRAS NA ÁFRICA *RES NULLIUS*!

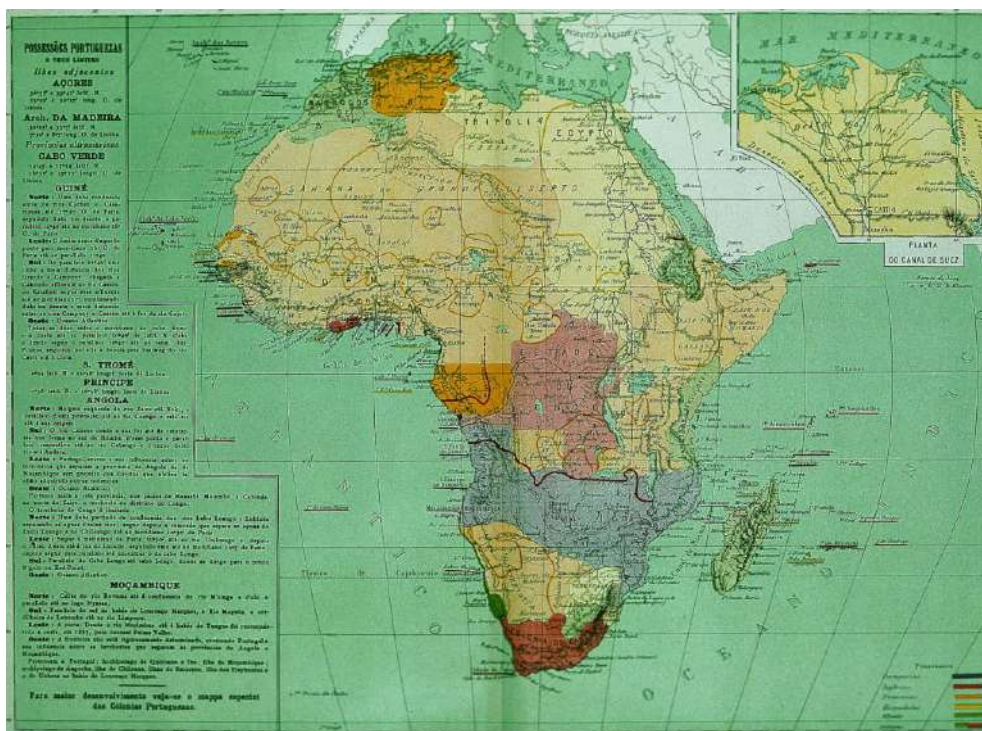


África em 1880. Fonte: John Roberts, *História Ilustrada do Mundo*, Vol. VIII, Círculo Leitores, 1999.

Até à segunda metade do século XIX, o conhecimento de África para os europeus resumia-se, exceptuando alguns entrepostos costeiros, à região mediterrânica, onde Estados independentes estavam sustentados territorialmente: em Marrocos, os alauitas foram derrotados pelos franceses (1844), cedendo-lhes a ‘suserania’, partilhada depois com a Espanha (1912); na Argélia, a França sobrepôs-se ao domínio turco (1848); a Tunísia foi também ocupada pelos franceses (1881); a Líbia, parte integrante do Império Otomano, foi transformada num protectorado da Itália (1912); o Egipto era parte integrante do Império Britânico desde o início do século.

Pelo contrário, a África Negra era para os europeus um espaço longínquo, algo desconhecido e considerado agreste. Mas a África dos africanos já existia muito antes da chegada dos árabes no século VII, dos portugueses no XV ou de franceses, ingleses e

A partir de 1860, as sucessivas explorações europeias despertam a cobiça de agricultores, de comerciantes, de caçadores e de aventureiros, e os Estados vêem, no “Continente Negro”, a solução dos seus diferendos políticos, dificuldades económicos, excedentes demográficos e expansão civilizacional. Com a recessão, a partir de 1873, o crescimento económico de cada país depende do acesso privilegiado a matérias-primas e a mercados externos mais ou menos cativos. Com África ali tão perto, que o “Velho Continente” entende como *res nullius* (sem dono), inicia-se a corrida.



5

interior. Porém, a França e a Bélgica opuseram-se. Da discórdia, surgiu a Conferência de Berlim (1884-1885), organizada pelo chanceler Otto Bismarck, o que não deixa de ser curioso tratando-se uma potência sem tradição colonial. A afirmação imperial do II Reich e a reaproximação à França explicam-no.

Os burocratas europeus deliberaram, então, a liberdade de navegação à *la carte* no Congo e no Níger, enquanto medida para evitar monopólios comerciais na região, e a consagração do princípio da ocupação efectiva dos territórios do litoral, em detrimento do princípio do direito histórico. São fixadas as fronteiras do Congo em proveito de Leopoldo II da Bélgica e estabeleceu-se um acordo sobre os critérios de futuras anexações em África, ficando claro que a reunião não trataria de questões de soberania ou de reivindicações territoriais, ou seja, excluiu-se o *hinterland*, passível de fazer da potência instalada no litoral, ‘dona’ do espaço que confinava com o interior.

Portanto, o papel da Conferência de Berlim, relativamente à partilha de África e ao desenho de fronteiras, foi limitado, cingindo-se à proclamação de regras, embora tenha lançado as bases para o estabelecimento das fronteiras coloniais, que os Estados europeus redigiram, através de acordos bilaterais, em áreas de influência. Assim, o resultado da visão eurocêntrica de África foi o estabelecimento das formas geométricas de alguns Estados, através da conjugação de linhas de latitude e longitude dos mapas dos topógrafos, recorrendo-se a obstáculos físicos para a sua delimitação quando necessário (margens de rios e lagos, orografia identificável, troncos de mangueira, embondeiros, termiteiras e blocos de cimento). Mas, em muitos sectores, o trabalho de demarcação não foi realizado, e noutros foi-o de forma imprecisa, provocando divergências na interpretação fronteiriça. Divergências que originaram alguns conflitos: entre a França e a Itália, sobre a integração dos oásis saarianos; entre a França e Grã-Bretanha, com a abertura do canal do Suez, na Fachoda, devido ao vale do Nilo, e no lago Tchad; entre britânicos, franceses, alemães e italianos na partilha da África Oriental; entre Portugal e a Alemanha, no Norte de Moçambique e no Sul de Angola; entre ingleses e os boers holandeses no Cabo. Das partilhas resultaram ainda «áreas ocultas», devido a lacunas e erros dos mapas de África, distorcendo o traçado de rios e montanhas e ignorando áreas povoadas.

A definição das fronteiras de África, sem consideração pelas especificidades locais, segundo John Raider cortaram 177 áreas culturais étnicas, dividindo unidades económicas e sociais preexistentes e, como refere Marc Ferro, as características da sociedade africana foram vilipendiadas, nomeadamente os clãs e a linhagem, os princípios hierárquicos e o agrupamento doméstico. O resultado foi a separação de um mesmo povo ou a concentração

em áreas específicas de comunidades humanas que rivalizavam entre si, submetendo o sistema político-social africano à ideia europeia de um continente entendido como reserva estratégica que, dividido a preceito, fez jus à afirmação de Bismarck de que “o meu mapa de África está na Europa”. Acrescente-se que as fronteiras geográficas apostas em finais do século XIX tinham uma vocação fundamentalmente administrativa, isto é, separavam áreas de influência entre as potências europeias e marginalizaram o *status* político de chefias africanas dominantes, sem entrar, de todo, a circulação transfronteiriça das pessoas. Por isso, a resistência à ocupação, por um lado, foi evidente, obrigando os europeus à necessidade de impor pelas armas os “direitos territoriais adquiridos”, por outro, populações que viviam perto das fronteiras aproveitaram a situação em proveito próprio.



África em 1914. Fonte: John Roberts, *História Ilustrada do Mundo*, Vol. VIII, Círculo de Leitores, 1999.

À época da 1ª Guerra Mundial, África era administrada por potências imperialistas: a Grã-Bretanha, suserana de um império mundial, tutelava, parcial ou totalmente, vinte e um territórios; a França tinha oito na denominada África Ocidental Francesa e quatro na África Equatorial Francesa; a Bélgica dominava o imenso território congolês; Portugal ocupava a

Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e os arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; a Alemanha subjugava o Togo, os Camarões e ocupava a África Oriental Alemã e o Sudoeste Africano; a Espanha tinha sob seu controlo o Sara Ocidental, alguns enclaves a Norte e a Guiné Equatorial; a Itália dominava a Líbia, a Somália e a Eritreia. Como estados independentes em África existiam a Etiópia, a Libéria, desde 1847, mas muito dependente economicamente dos EUA, e a União Sul Africana, mediante a união das províncias do Cabo e do Natal com o Transval, em 1909 (contemplando os 10 Bantostões que o regime de *Apartheid* imporia às populações negras) e que ficou “encerrada” na *Commonwealth*. Os “direitos de posse” vigoraram até 1919, altura em que a Alemanha, potência derrotada, foi expropriada das suas colónias pela Sociedade das Nações, que coloca os Camarões e o Togo sob administração conjunta da França e da Grã-Bretanha, o Zanzibar (Tanzânia) e a Niassalândia (Malawi) ficam sob tutela britânica e a Bélgica recebe o Ruanda-Urundi. De modo semelhante, o Império Otomano é obrigado a retirar do Norte de África. Entretanto, a União Sul Africana ocupa de *motu* próprio o Sudoeste Africano e o Egipto separa-se, em 1922, da Grã-Bretanha, que permanece na região controlando o Canal do Suez. Posteriormente, a Itália ocupa a Etiópia (1935-1943).

DA LIMES UTI POSSIDETIS JURIS

No período Entre Guerras assiste-se à realização de vários Congressos pan-africanos, organizados por elites africanos em capitais europeias e nos Estados Unidos, que põem em causa a administração colonial em África e defendem a “África para os africanos negros”. Dado o mote, o processo das independências em África tem o catalisador específico no fim da 2ª Guerra Mundial: quebra da supremacia estratégica global de uma Europa devastada; a Carta das Nações Unidas; a descolonização asiática e o patrocínio da Conferência de Bandung (1955); o confronto bipolar no âmbito da guerra-fria, pelo qual a URSS e os EUA se substituem às potências europeias na ingerência em África. Assim, na década de 1950, Líbia, Marrocos, Tunísia, Sudão, Gana e Guiné Conakri ganharam o estatuto de Estados soberanos. Entretanto, são feitos levantamentos de fronteira, constatando-se a difícil localização dos embondeiros e havendo a necessidade de recolocar marcos de cimento. Ou seja, permanecia a incerteza territorial, onde a disputa pela posse de um certo número de aldeias fronteiriças permanece. De tal forma que, ainda hoje, há localidades “apátridas”.

1960 é a data-chave da emancipação africana, ano em que dezoito Estados se tornam independentes, num processo que continua nas duas décadas seguintes. O processo culmina com a independência da Rodésia do Sul (Zimbabué), em 1980. Depois, o Sudoeste Africano

(Namíbia) separou-se da África do Sul, em 1990, e a Eritreia cindiu-se da Etiópia, em 1993. Portanto, uma centúria após a entrada em força dos europeus em África efectua-se uma retracção (1860-1960), num processo que durou meio século e que ficou marcado por lutas de libertação e processos negociais, sistemas eleitorais e guerras civis. A consequência imediata é o desaparecimento dos impérios europeus e a triplicação do número de estados do mundo.

E relativamente às fronteiras? Em 1963, na reunião em Adis Abeba, que juntou trinta Nações africanas, proclamou-se “a África para os africanos” (substituindo a fórmula pan-africanista). Nascia a Organização da Unidade Africana (OUA) e, com ela, o idealismo de um continente unificado, mediante um comprometimento de respeito pela “integridade territorial de cada Estado e os seus direitos inalienáveis a uma existência independente”. Desta forma, evocava-se a diplomacia do equilíbrio cara à Europa dos Estados-Nação do século XIX, mantendo as fronteiras coloniais, segundo a doutrina *uti possidetis juris*. Referiu Julius Nyerere, líder da Tanzânia e mentor da OUA, que “as fronteiras que separam os Estados africanos são tão absurdas que, não fosse o nosso sentido de unidade, seriam causas de atritos”. Evitar o risco de desencadear uma série de conflitos era a preocupação dominante. Contudo, o processo de assunção das fronteiras não foi unânime: os nacionalistas contestaram a delimitação herdada, entendendo-a como contrária aos interesses das populações etnicamente divididas; alguns dirigentes, interessados em preservar as “áfricas francesas” e unir as possessões inglesas da África Oriental num só Estado, temiam a “balcanização” dessas regiões em pequenos estados; os pan-africanistas defendiam a unidade política do continente mediante uma mera função administrativa das fronteiras.

Após a independência, o princípio de intangibilidade das fronteiras não foi totalmente respeitado. Se a união do Tanganica e do Zanzibar (Tanzânia) representa uma integração coordenada, outros movimentos representaram uma clara violação à intangibilidade das fronteiras proclamada pela OUA: a Etiópia absorveu a Eritreia; Marrocos reivindicou o Sara Ocidental (que permanece); a Somália exigiu parcelas da Etiópia e do Quênia; com a independência da Nigéria (1960) e a guerra de secessão do Biafra (1967), a Costa do Marfim, o Gabão, a Tanzânia e a Zâmbia ingerem territorialmente na situação. Os Estados Unidos de África sonhados por Nyerere desvanecem-se. No entanto, a falência da unidade africana teve menos a ver com os conflitos inter estatais, que foram diminutos, do que com os conflitos internos, onde a luta pelo poder foi frequente. Dos países representados na sessão inaugural da OUA, só quatro não sofreram mudança violenta de governo ou estiveram a braços com uma guerra no interior do seu território até à actualidade (Tunísia, Camarões, Costa do Marfim, Tanzânia). Vários factores explicam a incapacidade política da OUA na resolução dos

problemas internos de África: diferenças entre a África francófona e anglófila; a coabitação do pan-africanismo com o pan-arabismo e a Liga Árabe; a falta de uma potência directora; estados mais preocupados com os seus problemas internos que com a estabilidade do espaço continental.

Quando a OUA adoptou as fronteiras para os Estados africanos independentes, ignorando a perigosa premissa de a um povo étnico corresponder um estado, assumiu uma postura política racional e a inserção de *jure* dos países africanos no sistema político internacional. Em termos de legislação internacional, os acordos coloniais permanecem, por isso, vinculativos. Assente em barreiras naturais ou pontos de demarcação mediante um conceito de linha, elas não obrigam, utilizando terminologia de Ratzel, um movimento orgânico a parar, algo impensável na África multiétnica transfronteiriça. Na verdade, favorecem a comunicação e a interligação entre os povos. Quanto à relação das fronteiras com a conflitualidade em África, ela é ténue. África é o continente com o maior número de conflitos armados do mundo, mas a grande incidência é no interior dos Estados. Efectivamente, como informa Elikia M'Bokolo, “raras foram as situações em que se suprimiram as fronteiras coloniais num processo de integração”. Apesar da divisão cultural que o retalho fronteiriço apresenta em África (muito vincado também no período pré-colonial), o irredentismo é quase nulo, os movimentos separatistas resumem-se a curtos exemplos (Marrocos, Nigéria, Sudão², Kongo Kinshasa), mas os golpes de estado e as guerras civis são recorrentes.

ÁFRICA: NOVA ORDEM FRONTEIRIÇA?

Sabemos que a maior ou menor relevância estratégica de um território e as características do agregado populacional que encerra são muito importantes para se entender a dinâmica de uma unidade política com as limítrofes, que amiúde determinam a extensão das fronteiras. Tal pode acontecer por razões de segurança, étnicas ou simples ânsia de poder. Contudo, o carácter prático das fronteiras geográficas surge, no século XXI, algo mitigado pela dinâmica imprimida por factores como os económicos/recursos, que também são, em conformidade com Jacques Huntzinger, «meio ambiente» dos Estados. Em África, como afirma Daniel Bach, “os fluxos e circuitos trans-estatais exercem funções de regulação social e de acumulação vitais para as populações face à desagregação dos circuitos oficiais e à regressão do enquadramento territorial do Estado”. A porosidade das fronteiras africanas

² A 9 de Julho de 2011, o Sudão do Sul tornou-se um estado independente. O relacionamento entre os dois territórios do Sudão mantém-se instável.

impele ao comércio paralelo (petróleo, diamantes, cacau, algodão, amendoim, trigo). Hoje, as fronteiras são um elemento motivador das trocas comerciais e de negócios “chorudos”, só possível pelo estímulo que um obstáculo não dissuasor permite ao nível da tributação *ad-hoc*. A situação é tão mais grave quando tal actividade sub-reptícia é implicitamente ‘patrocinada’ por alguns Estados. Portanto, os negócios de fronteira são um maná para grupos de contacto transfronteiriços, que lapidam receitas dos Estados e subjugam estratos populacionais. O exemplo dos Hansa, divididos entre a Nigéria e o Níger, ou o Congo Kinshasa-Shaba e a Zâmbia-Copperbelt são elucidativos.

Em Adis Abeba, os Estados assumiram as fronteiras herdadas, “jurando” não se imiscuírem nos assuntos internos dos países limítrofes. Mas, como refere Pascal Boniface, foram confrontados com um dilema: “a cooperação conduz à supranacionalidade e o respeito pelas soberanias impele-as à não ingerência”. A existência de largos espaços e de vastas extensões geográficas, bem como a ampla mobilidade que lhe está associada, incutem nas populações uma secundarização do problema dos traçados rígidos de uma fronteira, que a aceitação explícita obrigou após a descolonização. Mas os recursos, disponíveis ou latentes, inscritos nas zonas de fronteiras terrestres (difusas) ou nas marítimas (muito ignoradas no passado), colocam os Estados numa dinâmica relacional estratégica passível de conflito.



As fronteiras africanas na actualidade.

Fonte: <https://pt.m.wikipedia.org/>

Há alternativas às fronteiras existentes em África? Fará sentido redesenhá-las em conformidade com as identidades étnicas, linguísticas e religiosas dos povos? O factor recursos vai impelir os Estados a uma nova ordem fronteiriça? A questão das fronteiras é um dos grandes desafios da União Africana (UA), que substituiu, em Julho de 2002, a OUA. O litígio sobre as fronteiras marítimas entre a Nigéria e os Camarões (Península de Bakassi) e, mais recentemente, entre a Eritreia e o Djibuti (região de Rás Doumeira) fizeram soar as “campainhas de alarme”. Neste sentido, em Julho de 2007, Said Djinnit, à época Comissário para a Paz e Segurança da UA, declarou que “além da má definição de fronteiras, o conflito de interesses dos Estados pelos recursos naturais e estratégicos encontrados nas áreas transfronteiriças complicam muitas vezes a situação”. Por isso, enfatizou que “é imperioso criar um programa inovador para a gestão programática das fronteiras inter africanas, visando não apenas promover um ambiente de paz, segurança e estabilidade, mas também facilitar a integração socioeconómica e o desenvolvimento sustentável em África”.

Em Janeiro de 2008, os líderes africanos pediram à comissão da UA para trabalhar no programa fronteiriço, com vista à prevenção estrutural de conflitos. A essência do programa é a procura da cooperação transfronteiriça de modo a converter as áreas limítrofes em zonas de solidariedade capazes de reforçar o processo de integração africana. No horizonte, perspectiva-se a criação da Comunidade Económica Africana, isto é, busca-se a anulação de possíveis conflitos inter estatais, devido à competição pelos recursos em zonas de fronteira de suserania difusa, mediante a anulação geográfica das fronteiras numa óptica de espaço alargado a nível económico.

Porque, como frisou Joaquim Chissano, “fronteira mal gerida é fonte de conflitos”, alguns países, de comum acordo, procedem à reverificação dos marcos das fronteiras terrestres, melhorando a sinalização efectuada pelos europeus, evitando ambiguidades. Contudo, ao contrário das fronteiras continentais em África, que foram delimitadas pelas potências europeias, com as marítimas tal não aconteceu. Hoje, os assuntos do mar captam, sobremaneira, a atenção dos países de África. Mas há uma grande diferença entre as fronteiras terrestres e as marítimas, nestas não se colocam marcos e as referências são as coordenadas geográficas. Assim, o processo de partilha tem uma acuidade própria, estando em causa confrontações de costa, que inclui o mar territorial (soberania espacial), a Zona Contígua (soberania sanitária, migração e aduaneiros) e a ZEE (soberania de recursos). Depois, há a reclamação da Plataforma Continental, que os países têm de apresentar a breve trecho às Nações Unidas. A UA apontou 2012 como data-limite para os países africanos clarificarem as suas fronteiras.

Em jeito de fecho, a geografia gera poder e é, por definição, a ciência das fronteiras. Em África, ela condiciona comportamentos em vez de impor soluções. Mas uma coisa é certa, o Estado moderno em África tem de ser construído a partir da realidade existente, onde a sensibilidade relativa às questões de fronteira tem de ser tratada na base da cooperação assente na confiança mútua e, de preferência, através da tutela de uma instância supra estatal, como é a UA. Como a ânsia de acesso a recursos é óbvia e o carácter místico de posse territorial perene, ou as fronteiras (terrestres e marítimas) são geridas com parcimónia ou o conflito pode surgir como solução. Situação indesejável para uma África que se deseja inserta na “aldeia global”. Dizia historiador helénico Políbio que “da África surge sempre algo de novo”. Será o século XXI o de uma África nova?

Bibliografia

- BACH, Daniel (1995) – Contraintes et Ressources de la Frontière en Afrique Subsaharienne. In *Revue Internationale de Politique Comparée*, Nº 3.
- BONIFACE, Pascal (1999) – *Atlas das Relações Internacionais*. Plátano Edições Técnicas.
- CHISSANO, Joaquim, (2008) – *Entrevista*. Maputo: Notícias, 21 de Janeiro.
- DÖPCKE, Wolfgang (1999) – A vida longa das linhas rectas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. In *Revista Brasileira de Política Internacional*.
- HUNTZINGER, Jacques (1991) – *Introdução às Relações Internacionais*. PE Edições.
- KI-ZERBO, Joseph (1972) – *História da África Negra*. Publicações Europa-América.
- M'BOKOLO, Elikia (2007) – *África Negra. História e Civilizações. Do Século XIX aos Nossos Dias*. Edições Colibri.
- READER, John (2002) – *África. Biografia de um Continente*. Publicações Europa-América.
- John Roberts – *História Ilustrada do Mundo*. Círculo Leitores, Vol. VIII, 1999.